

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE DESPORTOS - CDS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – Hab. Licenciatura

KELI BARRETO SANTOS

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO PERIÓDICO MOTRIVIVÊNCIA: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA**

Florianópolis/SC
2023

KELI BARRETO SANTOS

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO PERIÓDICO MOTRIVIVÊNCIA: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Educação Física – Hab. Licenciatura, Centro de Desportos/CDS, da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Jaison Bassani

Coorientador: Mr. Djenifer Samantha Marx

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Keli Barreto

Gênero e sexualidade no periódico Motrivivência: : uma
revisão sistemática / Keli Barreto Santos ; orientador,
Jaison José Bassani, coorientador, Djenifer Samantha Marx,
2023.

63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Desportos, Graduação em Educação Física, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Educação Física. 2. Gênero. . 3. Sexualidade. . 4.
Motrivivência. . 5. Educação Física.. I. Bassani, Jaison
José. II. Marx, Djenifer Samantha. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Educação Física. IV.
Título.

Keli Barreto Santos

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO PERIÓDICO MOTRIVIVÊNCIA: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Licenciada em Educação Física” e aprovado em sua forma final pelo Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, com a nota 10,0. Florianópolis, 15 de dezembro de 2023

Florianópolis, 15 de dezembro de 2023.

Banca examinadora:

Prof.Dr Jaison Bassani
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Mr^a. Djenifer Samantha Marx
Coorientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a.Dr^a. Bianca Natália Poffo
Universidade Federal do Paraná

Mr. Emílio Bem Freire Barreto
Universidade Federal de Santa Catarina

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha gratidão a todos os meus queridos amigos, cujo apoio e presença foram pilares fundamentais em minha jornada. Aos meus respeitados professores, ao meu orientador e coorientador, minha imensa gratidão pela orientação e paciência. À universidade, um espaço de debates enriquecedores, apesar de suas limitações, meu sincero agradecimento. Não posso esquecer a contribuição de todos os projetos aos quais estive vinculada, fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional. Cada diálogo no grupo de estudos feministas do qual fiz parte foi enriquecedor e inspirador. Obrigada a todos por fazerem parte desse percurso.

RESUMO

O presente estudo consistiu em uma revisão sistemática e análise bibliométrica, onde investigou a presença de questões de gênero e sexualidade na prática dos professores de Educação Física Escolar (EFE) a partir dos textos publicados entre 1989 e 2023, no periódico Motrivivência. Os anos mais expressivos foram 2016 e 2020. Regiões sul, sudeste e nordeste lideraram em publicações. Silvana Goellner destacou-se como referência principal. Contudo, identificou-se que a EFE ainda reforça normas de gênero e sexualidade, barrando a inclusão de identidades não conformes. Conclui-se a urgência de diálogo ampliado com os professores, desde a formação inicial até formações continuadas, visando desviar essas normativas e promover práticas inclusivas.

Palavras chave: Gênero. Sexualidade. Motrivivência. Educação Física.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Identificação do periódico	16
Figura 2. Temporalidade e quantidade de artigos publicados	27
Figura 3. Distribuição das publicações por regiões	30
Figura 4. Características dos autores: titulação e gênero	31
Figura 5. Titulação dos autores	32
Figura 6. Sessão dos artigos	33
Figura 7. Autores que mais publicam	34
Figura 8. Palavras chaves dos estudos	35
Figura 9. Principais temas	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Motrivivência, Ano XIII, n.19, 2002	18
Tabela 2. Organização dos artigos por tema principal.	25
Tabela 3. Textos analisados para discussão	29
Tabela 4. Estatísticas do Portal de Periódicos UFSC	

LISTA DE ABREVIATURA

AO's: Artigos Originais

CDS: Centro de Desportos

EF: Educação Física

EFE: Educação Física escolar

PA: Porta Aberta

PRISMA: Principais Itens Para Relatar Revisão Sistemática

ST: Sessão Temática

TIC's: Tecnologias da Informação

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. INTRODUÇÃO	11
1.2. A Revista	15
1.2.1. O início da discussão dos papéis de gênero fomentados pela revista	16
2. REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1. CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: A ESCOLHA DOS DESCRITORES, SUAS DEFINIÇÕES E RELEVÂNCIA	18
2.1.1. O ambiente escolar como construtor de normas: quem é normal e quem é o outro?	20
2.1.2. Educação Física na escola	22
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS	23
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	23
3.2. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	24
4. RESULTADOS BIBLIOMÉTRICOS	28
5. DISCUSSÃO	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO: Justificativa, Objetivos e Contextualização

Falar sobre a experiência de gênero na perspectiva de uma mulher (cis) que quase sempre ocupou e disputou espaços predominantemente masculinos, não é tarefa fácil. Cresci em um ambiente religioso, no qual aprendi o valor dos estudos e quais eram os elementos de valor de uma mulher. Sempre tive uma postura aventureira e nunca escutei no meu lar discursos que propagassem a distinção de gênero. Eu era presenteada com itens que iam de bonecas a carrinhos de corrida. Contudo, embora em minha casa não houvesse imposições quanto ao que uma menina/mulher deveria ou não fazer, a sociedade, do lado de fora, constantemente me educava que havia diferenças entre os gêneros, e que meus gostos não eram “coisa de menina” e, portanto, eu seria uma “maria-macho”, uma garota com características masculinas ou “maria-sapatão”, uma alusão a mulheres homossexuais, mesmo que eu nunca tivesse me relacionado ou tido interesse por alguém do mesmo sexo. Durante grande parte da minha infância e início da adolescência, eu acreditei que ter nascido mulher seria um castigo divino, e ficava questionando porque Deus havia feito aquilo comigo e mesmo que essa seja uma questão superada, ecoa resquícios em minha pessoa até os dias atuais.

As brincadeiras, o envolvimento nos esportes, a escolha de roupas e até as oportunidades no mercado de trabalho deixam claros os limites que se estendem diante de uma mulher. A preocupação excessiva com a beleza, com a estética e o corpo sempre me chamaram a atenção, dado o contraste notável em relação aos homens. As diferenciações que impõem critérios para as mulheres, seja no mercado de trabalho ou em relacionamentos amorosos, pareciam ser desproporcionais e injustas. E tais aspectos foram fundamentais para a constituição do meu posicionamento no mundo, disputando espaços predominantemente masculinos, mas também sendo avessa à qualquer ideia que partisse de uma corrente feminista, devido a minha formação religiosa e ao consumo de intensas propagandas anti-feminismo.

É quando ingresso na Universidade Federal de Santa Catarina, especificamente no segundo semestre de curso em 2018, que comecei a ter contato com ideias feministas a partir de reuniões que ocorriam de forma quinzenal e eram organizadas pelo Coletivo Feminista da Educação Física junto com o Centro Acadêmico do Curso de Educação Física. E apesar do grupo ter diluído-se em pouco tempo, fiquei com algumas inquietações que me motivaram na primeira oportunidade que tive, de acionar alguns contatos que havia feito no grupo e juntas iniciamos um grupo de estudos sobre algumas obras clássicas de diferentes vertentes do feminismo. Neste mesmo período, realizei as disciplinas de Corpo, Gênero e Sexualidade no curso de Psicologia, e Gênero e Sexualidade, no curso de Antropologia, ambos na mesma instituição (UFSC).

Ainda na segunda fase do curso, paralelo à minha inserção nas reuniões, entrei para o grupo LaboMídia (Laboratório de Mídia Esportiva), onde aconteciam reuniões semanais para a discussão de textos relacionados ao campo sociocultural de análise do impacto das mídias. E foi a partir desse percurso inicial que me tornei bolsista no setor de editoração final do periódico *Motrivivência*, objeto da presente pesquisa, que objetiva responder a seguinte pergunta: como as questões de gênero e sexualidade aparecem na prática do professor de Educação Física escolar, a partir dos artigos publicados entre 1989 a 2023 na Revista *Motrivivência*?

A revista *Motrivivência*, além de estar sediada dentro do LaboMídia, é o segundo periódico mais longo no campo da Educação Física brasileira, e é um periódico científico da área da Educação Física, Esporte e Lazer, com escopo interdisciplinar e abordagens socioculturais, filosóficas e pedagógicas. Sua relevância acadêmica se dá tanto pela sua longevidade, tendo atravessado diferentes momentos históricos e desenvolvimento do campo acadêmico da Educação Física Brasileira, com suas diferentes políticas editoriais neste período, e pelo protagonismo no fomento das discussões no campo das humanidades nesse campo. Bracht e colaboradores (2011) reforçam esse ponto em uma série de dois artigos, nos quais analisam a produção de conhecimento no âmbito da Educação Física escolar no Brasil, abrangendo o período histórico de 1980 a 2010. Nessa análise a Revista *Motrivivência* destaca-se como um dos quatro principais periódicos que abordam o tema. Um terceiro fator que contribui para a relevância e protagonismo desse periódico se encontra nas figuras de seus principais editores ao longo dessa sua história, os professores Maurício Roberto da Silva e Giovani De Lorenzi Pires, que são pesquisadores importantes em diferentes subáreas da Educação Física brasileira.

De acordo com o "Relatório Anual - Gestão 2020", do Portal de Periódicos da UFSC¹, a *Motrivivência* teve 140 artigos, alcançou 4.940 usuários, obteve 475.316 acessos e atingiu a marca de 205.771 downloads no ano de 2020. Esses dados evidenciam a relevância do periódico não só na universidade, mas também no campo da Educação Física.

E para responder a essa questão, será realizado um mapeamento e análise dos artigos e editoriais disponíveis no acervo online da revista, utilizando os descritores “mulher”, “gênero”, “sexualidade” e “masculinidades”. Os conceitos de gênero e sexualidade, que serão abordados neste trabalho, estão pautados nos trabalhos da professora Guacira Lopes Louro (2003). Com isso, este trabalho compreende “**gênero**” como um sistema de símbolos e

¹ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/220559/Relat%20Final%202020.02.2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

significados que se dá ao sexo, como as características sexuais são compreendidas e representadas na prática social. O gênero, então, está relacionado ao aprendizado dos papéis do que seria adequado para homens e mulheres (Louro, 2003). O “**sexo**”, como em Weeks (2000), será usado para descrever as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, diferenciando homens e mulheres cisgenêneros. Vale lembrar, entretanto, que se seguirmos a lógica descrita por Laqueur (2001, p.23), o sexo também é um elemento situacional e que pode ser explicado apenas dentro do contexto sobre gênero e poder. Já a “**sexualidade**” é caracterizada como o conjunto de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas (Weeks, 2000), que resultam na forma como o indivíduo se relaciona afetivamente. Sendo assim, para além de um conceito binário, essa pesquisa compreende esses termos distintos entre si, mas que não podem ser analisados de forma distinta, pois se atravessam na sua manifestação social e forma histórica como foram forjados. Guacira (2003) se remete aos trabalhos de Foucault, para expor o papel das instituições na constituição e manutenção das representações sociais que esses conceitos abarcam. Tais conceitos estão ligados à produção científica dos movimentos feministas contemporâneos, onde a partir da década de 1960, os movimentos feministas passaram a ser protagonistas em dar visibilidade à mulher, que por longos anos esteve oculta. E partindo da compreensão de que as palavras não apenas têm história, mas também fazem a história, os movimentos se debruçaram a construir um robusto e interdisciplinar corpo teórico.

Djenifer Marx (2021) destaca a importância dos meios de comunicação na propagação das ideias feministas. No Brasil, a primeira onda feminista, liderada por mulheres influenciadas pelos movimentos organizados dos Estados Unidos da América (EUA), foi interrompida pela ditadura de 1964. A segunda onda do feminismo só ganhou força durante a redemocratização, impulsionando muitas mulheres a ocuparem posições políticas relevantes.

Diante desse contexto mais amplo, é que se compreende a importância de investigar a presença, desenvolvimento e incorporação das discussões sobre gênero e sexualidade no campo Educação Física brasileira, a partir da análise dos artigos publicados sobre essas temáticas em um dos mais representativos periódicos científicos da área no Brasil.

Trata-se, em última instância, de compreender o debate sobre corpo, gênero e sexualidade no interior da área, a partir de um de seus principais veículos de publicação, uma vez que o objeto de intervenção do campo é a cultura corporal (Soares et al. 1992) e está passa pelo corpo humano. Um corpo com proporções biológicas, mecânicas, políticas e históricas. O corpo que vivencia e constrói a história, ao mesmo tempo que é afetado por ela.

Trabalhos como os de Castellani (1986) e Goellner (2001) destacam a função social da Educação Física na história brasileira como uma instituição higienizadora e reguladora dos corpos. Com seu conteúdo inicial voltado à construção de um ideal físico e moral de nação, quando, ao mesmo tempo em que todos os corpos eram tratados de forma supostamente homogênea, distinguia-se os corpos, como os das mulheres, que poderiam acessar ou não determinados lugares e funções sociais. Com isso, a Educação Física destaca-se como instituição reguladora na construção do ideal de masculinidade e feminilidade. Esse processo educativo nos papéis sociais que homens e mulheres deveriam desempenhar visava atingir todas as instituições, como o esporte, o clube, a escola. Por outro lado, a partir dos anos de 1980, com o processo de redemocratização do país após o fim da ditadura cívico-militar, que marcou também a chamada segunda onda do feminismo no Brasil, quando muitas mulheres passaram a ocupar cargos públicos de influência política, como instituições de ensino, ONGs e o próprio parlamento, o processo de renovação teórico-metodológica do campo da Educação Física brasileira, fomentado, em grande parte, a partir do diálogo com as Ciências Humanas e Sociais, recolocará o debate sobre a relação entre corpo, gênero e sexualidade em tela, a partir de outros prismas conceituais e epistemológicos. Por isso, é essencial adotar uma metodologia interseccional² para identificar e compreender a complexidade dos marcadores sociais da diferença.

É justamente a partir desse contexto que a primeira edição da Revista *Motrivivência* voltada para os estudos de Gênero foi publicada, no ano de 2002, com o título "**Educação Física, Esporte, Lazer e Gênero**". Dentro de uma das sessões intitulada "Ponto de vista", dois textos buscaram responder à seguinte pergunta: **Por que investigar Gênero no âmbito da Educação Física, Esporte e Lazer?**, onde as autoras Maria do Carmo Saraiva e Deborah Thomé Sayão, foram incumbidas de responder a questão.

Ainda no ano de 2002, constituiu fato bastante comum as aulas de Educação Física escolar serem separadas entre grupos de meninos e meninas. Por isso Saraiva (2002) redigiu um artigo onde a mesma sugeria a coeducação como uma alternativa para as aulas que dividiam meninos e meninas. A coeducação foi uma proposta de unir os alunos, independentemente do gênero, na mesma aula de Educação Física, como uma forma de romper com as limitações

2 A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo a nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar. [...] Ela não provê orientações estanques e fixas para fazer a investigação feminista [...]. Ao invés disso, ela estimula nossa criatividade para olhar para novas e frequentemente não-ortodoxas formas de fazer análises feministas. A interseccionalidade não produz uma camisa-de-forças normativas para monitorar a investigação [...] na busca de uma 'linha correta'. Ao invés disso, encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável (DAVIS, 2008, p. 79, apud. HENNING, 2015, p. 98).

colocadas através dos estereótipos e padrões heteronormativos impostos culturalmente. Saraiva (2002) relata que os estudos de Gênero na Educação Física brasileira começaram a se delinear no fim dos anos 80, com apoio teórico nos estudos sobre a mulher, especialmente com o que era produzido na Antropologia e na História. Ela reforça que a Educação Física cumpriu com o papel de socialização dos corpos masculinos e femininos, e estimula o leitor a analisar atentamente, os desdobramentos do discurso dominante da heterossexualidade nas políticas públicas.

Por isso, a importância de se estudar Gênero no âmbito da EF, é o de liberar homens e mulheres das limitações do sexismo e compreender o papel que a mídia e a indústria cultural tem na construção desses corpos (Saraiva, 2002), bem como compreender como a Educação Física contribui na pedagogia dos comportamentos sociais no ser homem e ser mulher através do esporte, do ensino e de outras áreas que permeiam nosso campo de atuação. Sobre a pedagogia dos comportamentos sociais que as instituições como governo, família, religião, escola exercem sobre nós, Louro (2003) diz, que é a forma como as características da diferença sexual são representadas e valorizadas, que constitui de maneira efetiva o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade, em um dado momento histórico, pois a prática social sempre se dirige aos corpos.

Ao observar que as relações de gênero são fatores fundantes bem como determinantes na constituição da Educação Física, questiono como essa temática não faz parte do currículo de disciplinas obrigatórias nos cursos de licenciatura e bacharelado da UFSC. O curso não fornece uma disciplina que apresente a relação entre a Educação Física brasileira e a construção do gênero enquanto categoria de análise. Historicamente, a Educação Física foi associada a valores “masculinos” (ou construção de uma masculinidade), e era vista como uma atividade exclusiva de homens, principalmente nas décadas de 1930 a 1950, fato que pode ser observado quando olhamos a relação entre homens e mulheres que se matriculam no curso, com destaque para o bacharelado. No entanto, a partir dos anos 1980, com o início dos movimentos feministas no Brasil, a Educação Física começou a ser questionada como uma prática excludente para as mulheres. Esse questionamento levou à reflexão sobre o papel da Educação Física na construção de gênero e na reprodução de estereótipos e hierarquias sociais baseadas no sexo biológico.

Com isso, alguns objetivos específicos deste trabalho foram: Mapear os temas relacionados à discussão de gênero no âmbito da Educação Física no Brasil na Revista *Motrivivência*; verificar como a questão de gênero aparece historicamente no periódico; e analisar a contribuição acerca das discussões acerca do gênero e sexualidade para na prática dos professores de Educação Física.

1.2. A Revista

Na seção especial de 15 anos da Revista *Motrivivência* Taffarel e Colaboradores (2003), argumentam a relevância social do conhecimento veiculado pela revista e as dificuldades da mesma se manter sem financiamento na época.

Manter um periódico em circulação durante quinze anos, defender parâmetros teórico-metodológicos reflexivos críticos, veicular o conhecimento científico representa, no Brasil, um desafio enorme e uma demonstração de tenacidade muito grande (p.29).

O professor Maurício Roberto da Silva funda a revista no ano de 1988, e segue até dezembro de 1997 sozinho (Taffarel e Colaboradores, 2003). Posteriormente, passa a compartilhar a editoração com o professor Giovanni de Lorenzi Pires.

A *Motrivivência* é um periódico que sempre deixou claro sua linha política, tecendo críticas ao modelo capitalista e aos avanços das políticas neoliberais. Neto e Colaboradores (2003), a partir da análise de editoriais da *Motrivivência* identifica o foco dos objetos de estudo sendo eles a Licenciatura, o Currículo, a Prática de ensino e o Estágio supervisionado. Além das principais correntes teóricas provindas das Ciências Humanas e Sociais com ênfase para a orientação do Materialismo Histórico Dialético, da Teoria Crítica e da Teoria Crítica do Currículo.

Figura 1. Identificação do periódico

Periódico			
https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia			
ISSN	TÍTULO	ÁREAS DE AVALIAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2175-8042	MOTRIVIVÊNCIA (FLORIANÓPOLIS)	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II; COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO; EDUCAÇÃO; EDUCAÇÃO FÍSICA; ENFERMAGEM; ENSINO; GEOGRAFIA; HISTÓRIA; INTERDISCIPLINAR; PSICOLOGIA; SAÚDE COLETIVA; SOCIOLOGIA	B2

FONTE: <https://qualis.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>

1.2.1. O início da discussão dos papéis de gênero fomentados pela revista

Sobre as etapas de desenvolvimento da revista, o seguinte trecho pode ser encontrado na página *online* do periódico:

Sua história pode ser dividida em três fases: a) o nascimento/desenvolvimento junto ao Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe (1988-1993), b) sua consolidação/ampliação, vinculada ao NEPEF (Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física) do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, a partir de 1994, em formato impresso; c) sua transição para a versão digital, em 2008, no Portal de Periódicos da UFSC, sob a responsabilidade editorial do LaboMídia/UFSC – Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva/UFSC³.

A revista *Motrivivência* foi fundada em 1988, e logo em seu ano subsequente, o autor Lino Castellani publica o primeira edição(?) sobre a perspectiva de discutir os papéis de gênero no campo da EF, falando sobre a posição que a mulher ocupava na Educação Física, com o título: "Esporte e mulher". O texto foi motivado pela comemoração do Dia Internacional da Mulher - 8 de março, e estruturado a partir da perspectiva sócio antropológica. Castellani (1989) relacionou a emancipação da mulher com a prática esportiva⁴ enquanto fenômenos culturais, e levantou a seguinte questão: como a relação entre mulher e esporte, representa uma parte da luta travada pela emancipação e pelo desvencilhamento dos estereótipos femininos?

³ Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/about>

⁴ Castellani informa ser o Esporte, um dos fenômenos culturais mais significativos do mundo contemporâneo.

Castellani (1989) sugere como resposta a "consciência corporal". Uma consciência que para além das definições anatômicas, bio-psicologizantes e biomecânicas, compreende o corpo como um sistema de signos, e que para compreendê-los, seria preciso participar do processo de construção do nosso tempo, e é a história gravada em nosso corpo, que constrói essa "consciência corporal", e ampliação dessa definição se torna um convite para ação. Em 1941, o Brasil estava sobre o regime ditatorial de Getúlio Vargas, e o país ganhava seu primeiro documento legal, que sistematiza o esporte a nível nacional. Neste ano saiu o Decreto Lei nº 3.199, o qual estabeleceu as bases do desporto até o ano de 1975, e trazia consigo falas como a seguinte: "... As Mulheres não se permitirá a prática de Desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos, baixar as necessárias instruções de entidades desportivas do país..." (FONTE E ANO, p.3)⁵.

Nesse período, a Educação Física enquanto disciplina escolar atendia aos seguintes moldes: primeiro pautava-se no modelo de "corpo higiênico", e estava ligado a um projeto de higienização, eugeniação e embranquecimento da raça, justificados pelo ideal de construção de uma nação. Por fim, constitui-se para a formação do "corpo produtivo", o qual deveria se enquadrar na sociedade industrial capitalista. Assim, compreender o corpo e sua expressão no mundo, é sempre compreender nosso contexto histórico e político. Castellani (1989), nos trechos de documentos de Lei, apresenta o papel socializante da EF como em escritos de Rui Barbosa, que destinava a homens e mulheres os papéis sociais que estes deveriam desenvolver. Para a mulher, estava relegado o papel de mãe, e para aquelas que não o fossem, o desprezo social as aguardava. A Educação Física deveria ter então como função proporcionar atividades que trouxessem "a harmonia das formas femininas e as exigências da maternidade futura" (FONTE E ANO). Outro assunto tratado no artigo, foi a Lei nº 6.503/77, que tornava facultativa a prática de Educação Física para a aluna que fosse mãe, mas não para o aluno que fosse pai, uma semelhança com as condições atuais na licença maternidade. É somente 1986, que é baixada uma recomendação na qual reconhecia a necessidade de a mulher ocupar diversas modalidades esportivas no país (Castellani, 1989).

Feita a pontual homenagem ao dia internacional das mulheres no ano de 1989, é no ano de 2002 que começam a alavancar as publicações com discussões sobre o gênero e a sexualidade. Com uma edição engajada a fomentar essa discussão, o exemplar "Educação Física, Esporte, Lazer e Gênero" (Motrivivência, Ano XIII, n.2), com o editorial intitulado "Para um gênero humano além do sexismo", redigido pelos professores Maurício e Giovani de

⁵ Na versão digital.

Lorenzi Pires, abrem espaço no periódico para discussões e reflexões de diversos pesquisadores sobre o tema. E nesta edição, 8 de 13 artigos publicados, se voltaram para a temática sobre gênero e sexualidade.

Com isso, 2002 é o ano que de fato dá início às discussões sobre as complexidades que permeiam o tema, bem como as contribuições da Educação Física tanto para a manutenção como para a superação de certas estruturas sociais, estimulando o engajamento em futuras submissões de trabalhos com essa linha de investigação.

Tabela 1. Motrivivência, Ano XIII, n.19, 2002

Sessão	Artigos Publicados	Artigos dentro do escopo	Artigo fora do escopo
Artigos originais	4	4	0
Ponto de vista	2	2	0
Certifique-se	3	1	2
Experimentando	1	0	1
Grupo de estudos	2	1	1
Porta aberta	2	1	1
Total de Artigos	13	8	4

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: A ESCOLHA DOS DESCRITORES, SUAS DEFINIÇÕES E RELEVÂNCIA

Corpo, gênero e sexualidade são palavras distintas, mas que se entrelaçam em suas definições, afinal, o gênero e a sexualidade se manifestam em um corpo. O corpo físico, como definiu Bergson, é um corpo de ideias que habita tanto o eu profundo quanto o eu superficial⁶. Errington (1990, *apud* Moore, 1997) descreve o corpo como um sistema de signos e destaca que todas as culturas possuem um discurso sobre o ‘sexo’. Esse discurso se fundamenta em diversos signos que deixam marcas no corpo, tais como a sexualidade e o gênero. O processo de desnaturalização do corpo físico (Moore, 1997) e a construção de um corpo teórico robusto são consequências dos estudos que se desenvolveram e ganharam destaque nos EUA na década de 1960⁷, marcada pela segunda onda do feminismo como retrata Bitencourt (2015):

(...) o próprio movimento feminista, também influenciado por outras organizações políticas e movimentos sociais, critica seu caráter burguês-liberal de outrora, fazendo recortes de classe e raça, relações de poder e transversalidade de opressões estruturais para além do gênero. Assim, elevam-se as vozes das mulheres negras e pobres subjugadas dentro do movimento. Inclusive, é nesse período em que se formulam as problematizações acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, desmitificando a naturalização de papéis sociais que seriam inerentes a homens ou mulheres. Ainda há a importante contribuição do questionamento da dicotomia artificial dos espaços públicos e privados, ressaltando que o “pessoal” ou o privado são espaços políticos e que devem ser desvelados (p.201).

De acordo com Bitencourt (2015), a terceira onda do feminismo teve contribuições significativas da América Latina para a construção do debate sobre gênero, especialmente ao propor uma descolonização do feminismo que alcance mulheres nas margens do sistema-mundo, considerando as intersecções entre gênero, raça e classe. Para exemplificar a diversidade de correntes e movimentos feministas, é possível citar o feminismo negro, o decolonial, o marxista, o radical, o liberal, a antropologia da mulher e a teoria queer, cada qual com sua epistemologia e definições específicas para conceitos como gênero e sexualidade.

Dada a diversidade de correntes epistemológicas, o conceito de gênero que este trabalho adota, parte dos estudos publicados pela professora e pesquisadora Guacira Lopes Louro, onde a mesma define o gênero como sendo uma construção histórica sobre os discursos e representações sobre a relação de homens e mulheres - resultando em um domínio de um sobre o outro. Esse domínio é trazido de casa, mas também forjado na escola, operando em uma

⁶ Em termos gerais, o corpo superficial é aquele que se encontra no espaço, que é mensurável e passível de ser objeto de experimentos. Já o corpo profundo, se encontra no campo do tempo, um estado de consciência, e está mais ligado às qualidades do que às quantidades. Porém, o conceito de serem termos dicotômicos não são colocados como opostos, um interfere no outro, em um movimento contínuo. Para mais informações acesse: <https://razaoinadequada.com/2020/09/02/bergson-eu-profundo-e-eu-superficial/>.

⁷ O que não significa que grupos de mulheres organizadas politicamente já não existissem anteriormente ou tivessem relevância nos EUA e em outros países, mas com intuito de estabelecer um recorte temporal, faço essa escolha devido ao contexto da época, que foi favorável a formação dos estudos feministas nas universidades ampliando significativamente a produção teórica.

cultura diferente de meninos e meninas (Louro, 1998). Cada cultura, em cada momento histórico, irá atribuir características distintas para a construção do feminino e masculino, e isso porque é a cultura que significa e ressignifica os corpos. Entretanto, Guacira (2000, p.3), pontua que “A admissão de uma nova identidade sexual ou de uma nova identidade de gênero é considerada uma alteração essencial, uma alteração que atinge a “essência do sujeito”. Sobre a construção do nosso entendimento do que seria essência, recorro a uma passagem de Durkheim (2014, p.104), onde o autor diz: “P[para] cada sociedade, a educação é o meio pelo qual ela prepara no coração das crianças as condições essenciais de sua própria existência”.

Por sua vez, a sexualidade em Louro (2000), é a forma como expressamos desejos e prazeres, a partir de construções socialmente estabelecidas e codificadas. Com isso, Louro caminha na contramão do discurso que implica a sexualidade como algo “natural”, algo dado pela natureza. Isso porque a manifestação da sexualidade implica em uma série de rituais, representações, fantasias e linguagens, que são todas características da construção de uma determinada cultura de seres humanos. Se distinguindo e caminhando junto com a noção de gênero, a sexualidade também determina normas e por consequência, relações de poder entre distintas manifestações. Neste caso, a heterossexualidade entra como a norma, o modelo ideal e “natural” que deve ser seguido. São os modelos normativos do gênero e da sexualidade, que terão a função de regular os indivíduos e suas posições dentro de uma determinada sociedade. Tais relações de poder se apresentaram e serão evidenciadas e validadas no ambiente escolar. E dentro desta perspectiva, a sexualidade não é uma manifestação dada ao indivíduo, mas é construída, reforçada e regulada pelas relações de gênero ao longo de toda uma vida.

2.1.1. O ambiente escolar como construtor de normas: quem é normal e quem é o outro?

A instituição escolar é uma parte essencial da sociedade moderna e, para compreendê-la plenamente, é preciso mergulhar na história e nas teorias que moldaram sua natureza, origens e propósito. Ao longo dos séculos, diversos pensadores influenciaram nossa visão sobre a escola e a educação, abordando questões fundamentais que vão além da simples transmissão de conhecimento.

O modelo de escola que conhecemos hoje, tem suas raízes na antiguidade e inspiração em obras como “A República” de Platão, e em tempos recentes, sociólogos como Émile Durkheim, na obra “A Escola e a Sociedade” (2011), enfatizou a escola como um mecanismo vital para a coesão social. Durkheim argumentou que a escola desempenha um papel central na

transmissão de valores e normas compartilhados, preparando os indivíduos para a vida em sociedade. Porém, a escola não limita seu papel à transmissão de valores. Valle (2022), ao lançar luz sobre uma das obras clássicas de Bourdieu e Passeron, nos apresenta a visão dos autores sobre a atenuação das desigualdades na educação. Bourdieu e Passeron argumentaram que o sistema educacional pode, por vezes, reproduzir e perpetuar as desigualdades sociais, em vez de ser instrumento de igualdade, e apontam a instituição escolar como sendo local estratégico para a manutenção do monopólio das classes dominantes, ou seja, a escola como um local que reafirma as diferenças. É sabido que a função educadora extrapola os muros da escola e está associada a todo um conjunto de instituições políticas, morais, econômicas e religiosas. Mas certamente a escola, seja pelo seu prestígio social, o tempo e energia que os indivíduos depositam ali, ou outro motivo, ela reforça seu peso na reafirmação de determinados modelos de indivíduos (“normais”) que devem compor aquela sociedade, seus papéis sociais de classe, de gênero e de sexualidade, todos pautados fortemente na economia e religião predominante daquele território, e aqueles que desviarem a norma, serão relegados à margem, eles compõem “o outro”.

Na obra “Educação e Sociologia” (2014), Émile Durkheim aborda alguns pontos que se relacionam diretamente com a construção das identidades, a regulação dos indivíduos e a validação escolar de determinados comportamentos, nos quais este trabalho pretende se debruçar. Durkheim (2014) apresenta os conceitos do Ser social e do Ser individual. O Ser individual seria aquele composto por todos os estados mentais que dizem respeito somente a nós mesmos. E o Ser social é aquele que será forjado pela educação em nosso processo de socialização. O Ser social é composto por “ideias, sentimentos e hábitos adquiridos por nossas crenças religiosas, crenças pessoais, práticas morais, tradições nacionais ou/e profissionais e opiniões coletivas de todo o tipo”. Sobre isso Durkheim (2014, p.51) ao construir uma linha sociológica da educação nos informa que:

Não há povo em que não exista certo número de ideias, sentimentos e práticas que a educação deve inculcar em todas as crianças sem distinção, seja qual for a categoria social à qual elas pertencem. (...) Sempre há uma religião comum a todos, e, por conseguinte, os princípios de uma cultura religiosa, que é então fundamental, são os mesmos na faixa inteira da população .

E no contexto brasileiro, a história da escola também não deixaria de ser complexa. Durante o período colonial, a educação esteve sob a responsabilidade das ordens religiosas onde tinham como foco a formação na catequese. No entanto, com a chegada da família real portuguesa em 1808, houve esforços para criação de instituições de ensino seculares e uma

maior centralização educacional. Vale ressaltar que durante todo este período, somente as classes sociais mais privilegiadas eram as que detinham o acesso à educação formal.

E é somente em 1988, que o cenário educacional começa a mudar em relação não somente à forma como também ao acesso, uma vez que a Constituição de 1988 representou um marco significativo, estabelecendo a educação como um direito fundamental e abrindo caminho para expansão educacional em todo país. A evolução da educação bem como do sistema escolar é um processo contínuo, influenciado por teorias filosóficas, sociais e políticas, bem como a disputa dessas mesmas. Há de saber que existe uma disputa entre a hierarquia dos saberes. Durkheim (2014) diz que, “[a] hierarquia de certas faculdades sempre existiu, com escalas de valores que são determinados pela economia daquela sociedade”, posteriormente defendendo uma disputa que haveria entre a tradição e os processos de reflexão. Ele diz: “[o]ra, a tradição não desperta o pensamento e a reflexão, mas tende, ao contrário, a excluí-los (p.113)”.

E com isso, começamos a adentrar os modos de organização e socialização da Educação Física escolar no Brasil, ao longo dos anos, para posteriormente identificarmos e analisarmos como está recebida, lida e contribui com as questões relacionadas ao gênero e a sexualidade que se apresentam nos momentos de aula, e o que isso pode nos dizer sobre os momentos históricos de avanços da ciência, tecnologia e organizações políticas do Brasil.

2.1.2. Educação Física na escola

Guacira (2003), Saraiva (2002), Goellner (2001), entre outros autores fizeram suas contribuições para a ampliação do debate e estímulo às reflexões sobre os papéis de gênero. Esses autores fomentaram a produção de conhecimento em uma época onde a Educação Física tinha suas aulas separadas entre meninos e meninas, evidenciando o papel de regulação dos corpos, que por vezes se apresentava de forma mais velada em outras disciplinas. Guacira (2003) relata inclusive certa resistência do campo em aderir aos programas de co-educação, além de outro ponto recorrente nas aulas de Educação Física, que é a excessiva preocupação com a sexualidade das crianças, uma vez que a ginástica e os esportes têm grande influência na formação dos sujeitos. Cembranel (2000) relembra suas aulas de Educação Física em 1981, onde meninas jogam vôlei e meninos jogavam futebol, realidade que vivi também entre 2005 e 2008 nas aulas de Educação Física.

O que não se pode negar é a potencialidade que a Educação Física tem no processo de socialização de seus alunos, sendo um campo que promove a cidadania como mencionado por Santos (2015):

A discussão na Educação Física como promoção de cidadania foi intensificada a partir do Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação [...] .

É pertinente destacar que o conceito de cidadania nos remete à aquisição dos direitos civis, políticos e sociais destacados por Marshall 1967, bem como seus deveres (p.155).

A Educação Física é componente curricular obrigatório na Educação Básica, sendo prática facultativa em casos onde: o aluno cumpra uma jornada de trabalho igual ou superior a 6 horas; tenha mais de 30 anos de idade; esteja prestando serviço militar; e caso tenha filho(s) (Ministério da Educação, 2018). Essas informações podem supostamente representar o não lugar em que a Educação Física ainda se encontra, pois ainda é vista como uma disciplina secundária ou de apoio para que os alunos “extravasam” sua energia, e sem grandes perspectivas de ascensão social. Mas, Santos (2015, p. 159) pontua que, mesmo a Educação Física tendo suas bases no higienismo, e eugenismo, no militarismo e nos esportes de alto rendimento, por outro lado, ela tem papel importante na formação para a cidadania.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática que analisa estatisticamente certos aspectos bibliométricos, quantificando os dados encontrados nos artigos. O estudo tem natureza descritiva e visa mapear a produção dos estudos de gênero e sexualidade em Educação Física, no periódico *Motrivivência*, buscando responder à seguinte interrogação: **como as questões de gênero e sexualidade aparecem na prática do professor de Educação Física escolar, a partir dos artigos publicados entre 1989 a 2023, na Revista *Motrivivência*?** Para isso, o estudo mapeou os temas relacionados à discussão de gênero no âmbito da Educação Física publicados na Revista *Motrivivência*, abordando como a questão de gênero aparece historicamente no periódico; e investigou como as discussões sobre gênero e sexualidade, se apresentam na prática dos professores de Educação Física.

De acordo com Galvão *et al* (2020), a revisão sistemática desempenha um papel multifacetado e crítico no âmbito da pesquisa. O propósito central dessa abordagem é oferecer uma síntese abrangente do conhecimento acumulado em uma esfera específica do saber,

fornecendo subsídios valiosos tanto para exploração contínua da temática em questão quanto para orientação de investigações futuras. Nesse contexto, a adoção da diretriz intitulada “Principais Itens Para Relatar Revisão Sistemática” (PRISMA) se revela de extrema importância para direcionar e organizar cada etapa da pesquisa. Trabalhos semelhantes com os de Matos et al. (2016) e Evangelista, Machado e Franco (2016), foram realizados no campo, mapeando e contextualizando as produções sobre gênero e sexualidade no campo da Educação Física.

A PRISMA foi desenvolvida com o intuito de promover a transparência e a qualidade das revisões sistemáticas, e oferece um conjunto estruturado de etapas compiladas em um total de 27 itens, presentes em uma lista de checagem. Essa diretriz abrange uma ampla gama de elementos essenciais para a condução adequada de revisões sistemáticas e meta-análise, englobando desde o planejamento até a divulgação dos resultados. A sua utilização orienta os pesquisadores no processo de delineamento metodológico, seleção rigorosa de estudos relevantes, avaliação crítica de qualidade das evidências e apresentação clara e completa dos resultados obtidos.

O estudo utilizou como base de dados o periódico *Motrivivência*, empregando os descritores: ‘gênero’, ‘mulher’, ‘masculinidades’ e ‘sexualidade’. Inicialmente, 85 artigos foram identificados e organizados em uma planilha no Google, contendo informações como: título, ano, edição, autores, palavras-chave, abordagem metodológica, seção, DOI, região e titulações. Após leitura na íntegra dos títulos e resumos, os textos foram categorizados e tabelados para melhor visualização. Para leitura completa, foram selecionados textos que abordassem questões de gênero e sexualidade relacionados ao currículo e a prática do professor de Educação Física escolar. Como resultado, três categorias foram identificadas para leitura completa: ‘EFE, currículo e gênero’, ‘Sexualidades não normativas’ e ‘Masculinidades’, totalizando 37 textos. Desses, 12 foram excluídos da análise por não abordarem completamente a temática na íntegra, restando 25 textos para discussão.

Entendemos que embora cada termo seja constituído de um conceito próprio, os termos são utilizados como sinônimos em alguns dos artigos aqui analisados. Contudo, apesar de haver uma intersecção entre os termos da pesquisa, tais palavras-chave não são sinônimas. O gênero (termo chave entre os demais descritores) é entendido como algo que não existe em si, pois parte de um discurso social normativo e depende da fundamentação de uma identidade individual (Louro, 2000). Essa identidade muitas vezes é atribuída ao sexo biológico (macho/fêmea), mas torna-se contraditório quando sabemos que o modelo atual de dois sexos é uma descoberta recente (Louro, 2003). Laqueur (2001) em sua obra “Corpo e gênero: dos

gregos a Freud”, apresenta como o modelo de sexo único foi aceito por centenas de anos, e aborda o progresso de interpretação dos corpos, dentro do progresso científico.

A bibliometria também envolve um conjunto de técnicas que auxilia os pesquisadores no processo de sistematização, classificação e avaliação de características precisas dos estudos (Job, 2018). Além disso, trabalhos como os de Bracht *et al.* (2010), reforçam e dão ênfase na importância de mapear e avaliar as produções dos principais temas de investigação no campo da Educação Física. O estudo argumenta de maneira convincente que tal prática parece ser intrínseca a campos acadêmicos em processo de consolidação ou plenamente consolidados. É fato que o mapeamento e avaliação dessas produções, emergem como necessidades imperativas para direcionar o desenvolvimento contínuo desses campos.

Assim sendo, o método de pesquisa enraizado nesse contexto abraça a etapa crucial de busca, seleção e análise criteriosa de estudos previamente publicados sobre um tema específico (Souza et. al, 2021). Essa abordagem tem como finalidade a obtenção de uma síntese coerente dos resultados coletados a partir dos estudos escolhidos.

3.2. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O estudo em questão foi estruturado em duas fases distintas. A primeira fase teve como objetivo principal realizar um mapeamento das produções divulgadas no intervalo de tempo compreendido entre 1989 (ano da primeira publicação que abordou a relação entre mulheres e esporte no âmbito da EF), e o primeiro trimestre de 2023. Para concretizar essa tarefa, a presente pesquisa focou na identificação de artigos utilizando os seguintes descritores: “mulher” *or* “gênero” *or* “sexualidade” *or* “masculinidade”, no acervo online da revista. Como resultado dessa abordagem, foi possível localizar 85 artigos totais, compreendendo o período de 1989 a 2023.

Na sequência, foram realizadas leituras detalhadas dos títulos e resumos de todos os artigos identificados, visando a compreensão das temáticas investigativas abordadas em cada trabalho. Nesse processo, algumas informações foram catalogadas, incluindo as principais áreas temáticas, as titulações dos autores, a distribuição geográfica dos pesquisadores, os segmentos específicos do periódico (artigos originais, revisões, etc.), a identificação do sexo dos autores, os autores que mais publicaram e o número de autores por publicação. Se tratando de um trabalho de conclusão de curso, apenas a autora foi responsável pela coleta e organização dos dados, trabalhando assim, de forma independente.

O processo de seleção consistiu em mapear todos os artigos disponibilizados no acervo online do periódico, criando uma tabela no Google Docs., que posteriormente foi convertida em uma planilha no Google Drive com as seguintes informações: data de coleta, título, ano, edição, autores, palavras-chave dos artigos, abordagens metodológicas, seção da revista em que se encontrava, DOI, região, titulação e sexo dos autores.

Nesta primeira etapa, foram encontradas dificuldades em identificar as metodologias dos artigos e em classificá-los. Isso porque o tema “mulher”, para citar um exemplo, se mistura entre debates do discurso de gênero e homenagens à autoras ou personalidades do campo da Educação Física ou análises que contemplam uma discussão sobre esse recorte. A dificuldade em identificar as metodologias se deu por não haver uma padronização na estrutura dos textos como acontece em muitas revistas do campo da saúde, em que se utilizam da clássica estrutura: introdução, metodologia, resultados, discussão e conclusão. Com isso, alguns textos foram de fácil identificação do método abordado, por que as informações relativas a este elemento estavam condensadas em uma seção específica do texto, enquanto outras nem tanto.

Dentro do escopo “Gênero e sexualidade”, os artigos foram classificados em 14 unidades temáticas. Alguns artigos se enquadram em mais de uma unidade.

Tabela 2. Organização dos artigos por tema principal.

Categorias	Nº de Artigos
1. Mulheres no esporte	16
2. Homossexualidade	3
3. Transexualidade	4
4. Padrão de beleza e imagem corporal	8
5. Desigualdade racial	1
6. Homenagem	1
7. Mídia e comportamento	9
8. Lazer e gênero	5
9. Migração e esporte	2
10. Masculinidades	4
11. EFE, currículo e gênero	26
12. Gênero	3
13. Mulher como tema transversal	7
14. Formação continuada	1

Na segunda fase deste trabalho, das 14 categorias mencionadas, 5 foram eliminadas por não abordar diretamente os temas “gênero e/ou sexualidade” (e nas quais os trabalhos usam o descritor “gênero”, por exemplo, mas não o empregavam como categoria analítica), e 2 foram condensadas em apenas uma, totalizando 8 categorias finais que serão descritas mais à frente.

Nesse processo de refinamento as seguintes categorias foram eliminadas: “Desigualdade racial”, “Homenagem”, “Migração e esporte”, “Formação continuada”, “Mulher como tema transversal”. Por fim, “Transexualidade” e “Homossexualidade” foram condensadas na categoria “Sexualidades não normativas”.

E foi a partir das 8 categorias finais totalizando 75 textos, lidos e analisados, que foram atribuídos os critérios de inclusão e exclusão, para a discussão deste trabalho. Como critérios de inclusão foram escolhidos os textos que abordavam a temática de gênero e/ou sexualidade, na perspectiva do professor e/ou do currículo da Educação Física escolar. A partir desses critérios foram selecionados 21 textos que serão apresentados na tabela a seguir.

4. RESULTADOS BIBLIOMÉTRICOS

A seguir, com base nas buscas realizadas, o seguinte estudo bibliométrico analisou um corpus de 85 artigos relacionados à Educação Física com ênfase nas temáticas de gênero/sexualidade, publicados na Revista Motrivivência entre os anos de 1989 e 2023. Ao longo desse período observou-se uma evolução significativa no tratamento desses temas na revista, desde reflexões iniciais sobre o lugar das mulheres no esporte em 1989 até lacunas temporais, seguidas de um retorno marcante dessas discussões em 2002, quando uma edição inteira foi dedicada ao tema gênero. Os anos de 2016 e 2020 se destacaram pela maior quantidade de artigos publicados anualmente, conforme apresentado na figura a seguir.

Tabela 3. Textos analisados para discussão

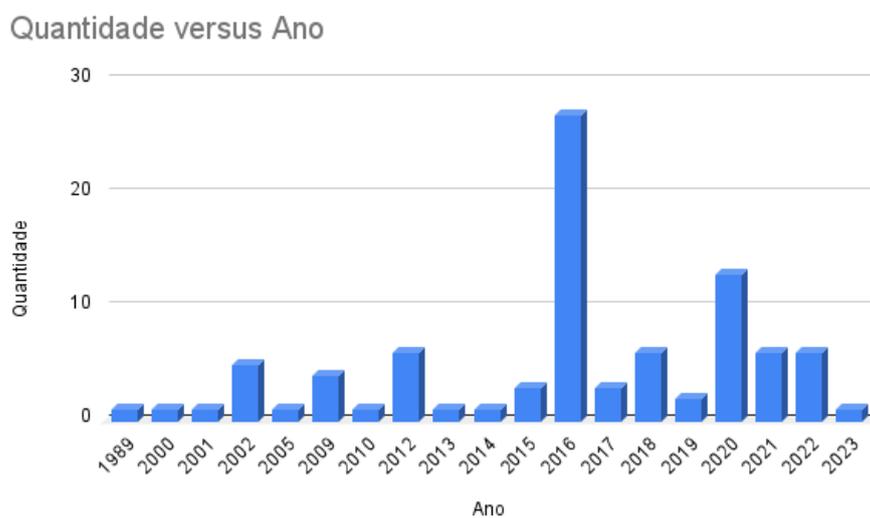
Titulo	Edição/Ano	Autores	Palavras-Chave
1. A homofobia como uma das faces do bullying: análise em periódicos científicos da Educação Física	v.30, n.54, 2018.	Galdino Rodrigues de Souza, Fabiano Pries Devide, Talita de Resende Andrade, Elaine Valéria Rizzuti	Periódicos científicos; Educação Física; Bullying homofóbico.
2. A Educação Física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros	v.28, n.47, 2016.	Neil Franco	Professoras trans; Transfobia; Educação Física; Gênero.
3. Educação Física Escolar: reflexões sobre as aulas de exclusão	n.32-33, 2009.	Fabiano Augusto Teixeira	Educação Física Escolar; Exclusão; Alteridade.
4. “Não torço pra nenhum time, não sei as regras e se me convidam pra jogar eu não jogo”: a relação das meninas menos habilidosas com o conteúdo futebol/futsal nas aulas de Educação Física	v.35, n.66, 2023.	Mariana Gomes Schönardie, Pâmela Siqueira Joras, Martina Burch, André Luiz dos Santos Silva.	Educação Física Escolar; Futebol; Futsal; Gênero; Mulheres menos habilidosas.
4. A escola tem que discutir; a família que deve orientar: as escolas rio-grandinas e as questões de gênero	v. 33, n. 64, 2021.	Thais Mortola Dias, Giovanni Felipe Ernest Frizzo.	Questões de gênero; Sociedade; Escola.
6. Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas: reflexão acerca da invisibilidade	n.30, 2009	Cassia Cristina Furlan, Patrícia Lessa Santos	Futebol feminino; Gênero; Escola; Educação Física escolar.

7. A Educação Física escolar e as de gênero: a prática pedagógica	v.34, n.65, 2022	Leuiz Henrique Poloni, Cássia Cristina Furlan	Educação Física escolar; Gênero e Sexualidade; Práticas pedagógicas.
8. Dentro e fora da fronteira: corpos que subvertem a norma hegemônica de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física	v.34, n.65, 2022	Eliaquim de Souza Lima; Kaline Lígia Estevam de Carvalho Pessoa, Arliene Stephanie Menezes Pereira	Gênero; Sexualidade; Corpo subversivo; Educação Física escolar.
9. Registros de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física no ensino fundamental	v.34, n.65, 2022	Alessandra Gelve Gerez, Ileana Wenzel	Registros; Gênero; Educação Física; Estágio supervisionado.
10. Resenha do livro: Educação Física e sexualidade: desafios educacionais	v.33, n.64, 2021	Beatriz Barreto e Silva, Cristina Mazzaroba	Resenha; Sexualidade; Gênero; Educação Física; Contexto pedagógico.
11. Olhares sobre os corpos e a construção de “homens” e “mulheres” na escola	n.37, 2012	Moisés Cipriano Resende	Corpo; Gênero e educação.
12. As relações das meninas com os saberes das lutas nas aulas de Educação Física	n.30, v.56, 2018	Marcos Roberto So, Mariana Xuaneti Martins, Nauro Betti	Lutas; Gênero; Mobilização feminina; Relação com o saber.
13. Educação Física e questões de gênero: motivos para a escolha de modalidades esportivas por estudantes do ensino médio de uma escola militar.	v.32, n. 62, 2020	Lara Félix Jacoby, Silvana Vildore Gollner	Estudos de gênero; Educação Física escolar; Coeducação.

14. Discussão de gênero nas aulas de Educação Física: uma revisão sistemática	v.28, n.47, 2016	Naiara da Rocha Matos, Geisa Silva Brasileiro, Rodolfo Teixeira Rocha, Jorge Lopes Calvacante Neto	Gênero; Educação Física; Escola.
15. Cadê o viado que estava aqui? O preconceito e a discriminação excluíram da quadra de aula	v.32, n.63, 2020	Mesaque Silva Correia, Joanna Hariel Almeida Carvalho, Geovana Torres da Silva, Italo Marcelo Pedro Amorim e Silva	Educação Física escolar; Corpo; Sexualidade; Homossexualidade.
16. Produção acadêmica sobre masculinidades nos anais do congresso brasileiro/internacional de ciências do esporte	v.32, n.63, 2020	Fabio Augusto Teixeira	Masculinidade; Gênero; Educação Física; Revisão acadêmica.
17. Identidade de gênero e suas implicações sobre a sexualidade na perspectiva de professores de Educação Física	v.28, n.48, 2016	Aline Gomes Machado, Roberto	Homossexualidade; Educação Física; Escola; Diversidade sexual.
18. Repensando as relações de gênero nas vivências do ultimate frisbee na escola	v.31, n.,58,2019	Ana Aparecida Tavares Silveira, Maria Aparecida Dias.	Frisbee; Gênero; Educação Física; Escola.
19. Qual o gênero do brincar? Aprendendo a ser “menino”... Aprendendo a ser “menina”	v.28, n.47, 2016	Liane Gois Leite, Jane Patrícia Feijó, Paula Viviane Chiés	Sexualidade; Educação Física escolar; Estado da arte.

20. Marcas de gênero na Educação Física escolar: a separação de meninos e meninas em foco	n.37, 2012	Priscila Gomes Dornelles	Gênero; Educação Física escolar; Separação de meninos e meninas.
21. Sexualidade e Educação Física escolar nos periódicos brasileiros (1979-2018)	n.32, v.62, 2020	Marcio Henrique Scotelano Evangelista, Bruna Pinho	Sexualidade; Educação Física escolar; Estado da arte.

Figura 2. Temporalidade e quantidade de artigos publicados



Com relação ao número de edições lançadas por ano, dos anos 1988 a 1998, a revista lançou uma edição por ano. Dos anos 1999 a 2002, duas edições ao ano. O ano de 2003 contou apenas com uma edição especial, em comemoração aos 15 anos do periódico. De 2004 a 2008, as edições se mantiveram bi-anuais, com uma quebra em 2009, com um dossiê dos anos 2007-2016, discutindo ‘A Década dos Megaeventos Esportivos no Brasil’. De 2010 a 2014, as edições retornam para duas ao ano.

Os anos de 2015 e 2016 foram registrados com três edições no ano, enquanto de 2017 a 2019, registrou-se quatro edições no ano. Em 2020, três edições, e a partir de 2021, uma edição dentro do sistema de publicação contínua.

A análise da distribuição anual dos artigos revela lacunas significativas de publicações correspondentes aos descritores de busca nos anos de 1990 a 1999, 2003-2004, 2006-2008 e

2011. Durante esse período, houve uma escassez (totalizando 0 artigos nos anos não mencionados) de estudos referentes ao tema analisado. A frequência de publicações permaneceu geralmente baixa, com algumas variações em 2002 e 2012, até atingir seu ponto mais alto em 2016, registrando o maior volume de artigos (n=27). A partir de 2017, as publicações retornaram ao seu número usual apresentando pequenas flutuações ano a ano, embora os números fossem mais expressivos em comparação com o período pré 2016.

Com relação aos picos de publicação, a segunda edição do ano de 2002, teve como tema ‘Educação Física, Esporte, Lazer e Gênero’ onde fomentou a partir de diferentes perspectivas, a temática do gênero e da sexualidade e a relevância desse campo de estudo. A edição contou com 13 artigos mais o editorial.

Os anos de 2009 e 2012, também contaram com um leve pico com alguns artigos a mais nas edições (n. 32-33 e n.38 e 39). Já o ano de 2016, apresentando 3 edições, mostrou ser o mais expressivo em termos de publicações com a temática ‘gênero’. Os editoriais deixam explícito seu posicionamento político e situam o leitor sobre o cenário nacional de golpe, os retrocessos da BNCC e a resistência dos estudantes. Na terceira edição, homenageia uma autora que irá se apresentar como destaque nas análises bibliométricas deste trabalho.

O Portal de Periódicos UFSC apresenta alguns dados de extrema relevância quanto às publicações, em uma análise estatística anual que ocorre desde 2016. Com ela temos as seguintes informações:

Tabela 4. Estatísticas do Portal de Periódicos UFSC

Ano	Acesso	Edições Publicadas	Artigos Publicados	Novos Usuários Cadastrados	Total de Usuários	Total de Downloads
2016	322.220	3	63	406	3.344	128.475
2017	370.288	4	65	299	3.672	171.468
2018	410.578	4	63	354	4.054	182.189
2019	424.881	4	86	615	4.685	198.946
2020	475.316	3	140	230	49.940	205.771
2021	420.939	1*	96	215	5.155	190.958
2022	208.497	1*	86	565	5.720	127.457

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Figura 3. Distribuição das publicações por regiões



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Consistente com as pesquisas conduzidas por Pereira, Almeida e Silveira (2021) e Souza *et al.* (2021), que identificaram uma predominância de publicações nas regiões Sul e Sudeste do país, essa tendência também foi observada nas análises das publicações da Motrivivência. No entanto, destaca-se que a região Nordeste se mostrou notável em termos de quantidade de publicações, apresentando uma presença significativa nesse contexto. Por outro lado, a região Norte demonstrou uma representação mais limitada, contando apenas com uma publicação ao longo de todo o período de busca estipulado.

Uma possível explicação para essa disparidade na distribuição regional dos autores que abordam o tema pode residir na concentração e consolidação de importantes universidades federais, juntamente com seus grupos de pesquisa e programas de Pós-graduação dedicados a essas análises de gênero, nas regiões Sul e Sudeste, conforme destacado por Pereira, Almeida e Silveira (2021). Essa concentração de instituições de ensino superior e centros de pesquisa nessa região pode ter contribuído para um maior número de publicações relacionadas ao tema, enquanto áreas geográficas com menos infraestrutura acadêmica e menos investimentos nesse campo podem ter uma representação mais limitada nas publicações.

Uma questão relevante surge ao considerar se as regiões com maior produção e debate sobre o tema são também aquelas onde os debates estão mais avançados. É plausível supor que pesquisadores e estudantes, ao estarem localizados nessas regiões mais ativas academicamente, ocupam espaços onde disseminam o conhecimento construído. Isso pode sugerir que os debates sobre gênero nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, cheguem com menos dificuldade à população em geral, se comparados a outras regiões do país.

No entanto, para verificar essa questão, há uma lacuna considerável que demanda uma pesquisa específica. Seria necessário um estudo detalhado que investigasse, por exemplo, as diferentes políticas públicas e ações afirmativas de gênero executadas em cada região. Esse tipo de pesquisa poderia oferecer insights valiosos sobre como essas políticas são implementadas, quais os impactos observados e como contribuem para o avanço dos debates e da conscientização sobre questões em contextos regionais específicos.

Figura 4. Características dos autores: titulação e gênero



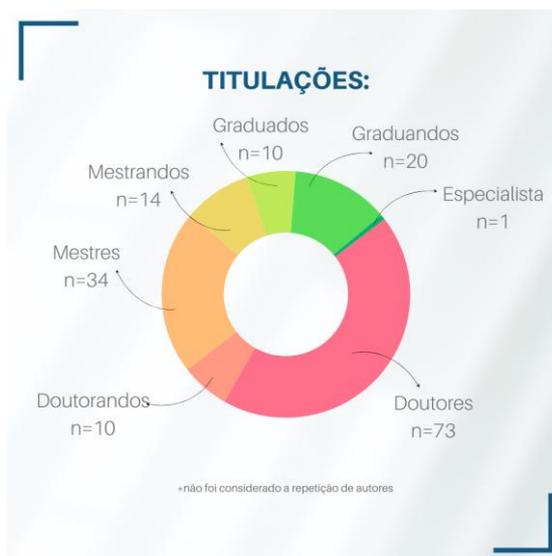
Fonte:Elaborado pelo autor

Quanto à distribuição de gênero na autoria dos artigos, observou-se um equilíbrio entre homens e mulheres. A contagem foi feita por artigo, o que pode resultar na repetição de autores. No entanto, parece não haver uma predominância de um gênero sobre o outro em nenhuma linha de pesquisa identificada. Ao condensar os 14 temas mencionados na tabela 2,

identificamos 4 principais linhas de estudo: “Estudos de gênero no esporte e na EF”, “Representação e percepção de gênero em meios de comunicação”, “Estudos socioculturais e identidades de gênero” e “Aspectos sociais e culturais relacionados ao gênero”.

Esses dados apontam certa diversidade e representatividade entre os autores.

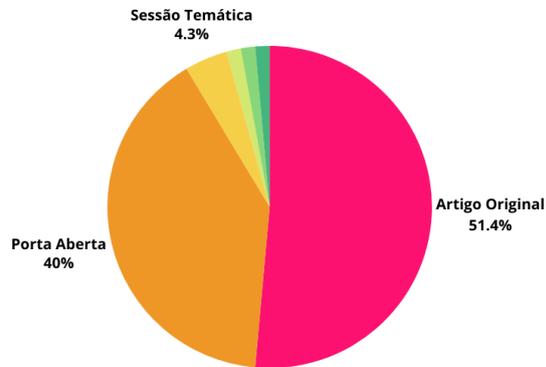
Figura 5. Titulação dos autores



Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto à titulação dos autores, evidenciou-se uma predominância de doutores (n=73), seguido de mestres (n=34) e estudantes de graduação (n=20). Na sequência vieram estudantes de mestrado (n=14), graduados (n=10+1) e doutorandos (n=10). Essas informações podem sugerir que os artigos indexados se direcionam para um debate mais aprofundado e talvez especializado dentro do âmbito da Educação Física. No entanto, seria necessário um estudo mais detalhado para uma análise mais precisa entre titulação e as abordagens de gênero dentro da área. A presença significativa de estudantes de graduação como autores também pode significar diferentes cenários. Primeiramente, pode ser um reflexo do editorial da revista que, que pode incentivar a participação dos estudantes, oferecendo oportunidades para publicar seus trabalhos, mesmo em estágios iniciais da carreira acadêmica.

Figura 6. Sessão dos artigos



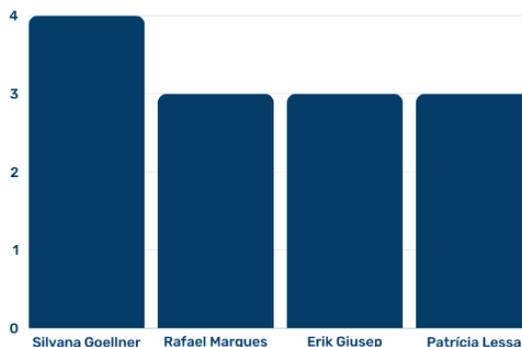
Divisão por sessões

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Atualmente a Revista Motrivivência organiza-se em três sessões distintas: Artigos Originais (AO's), Porta Aberta (PA) e Sessão Temática (ST). Os AO's, segundo a orientação do periódico, são textos inéditos originados de pesquisas, sejam elas teóricas ou empíricas. A estrutura destes artigos deve seguir a seguinte ordem: introdução, material e métodos, resultados e discussão, conclusões e referências. Por sua vez, os artigos PA abrangem uma variedade de formatos, podendo ser artigos de revisão, ensaios, resenhas de livro, dissertações ou teses, entre outros. Por fim, a ST configura-se como um dossiê focado no tema escolhido e divulgado pela revista. Dentro da temática estabelecida, o texto pode se enquadrar como um AO ou um PA. Dos 85 artigos iniciais, 10 foram excluídos por não tratarem da temática, restando assim 75 artigos. Destes, 36 são Artigos Originais, 28 Porta Aberta, 1 Ponto de Vista, 3 Sessão Temática, 1 Editorial e 1 Cientifique-se. No entanto, as sessões Cientifique-se e Ponto de Vista, já não estão mais disponíveis.

Figura 7. Autores que mais publicam

Autores que mais publicam



Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre os autores mais proeminentes na publicação sobre o tema, destacam-se Silvana Goellner com 4 textos, e Rafael Marques, Erik Giusep e Patrícia Lessa, todos com 3 textos. Silveira, Almeida e Pereira (2021) observaram o papel de destaque de Silvana Goellner (PPGCMH/RS) na orientação de teses e dissertações no âmbito dos estudos de gênero na Educação Física. Segundo as autoras, a professora Silvana Goellner é:

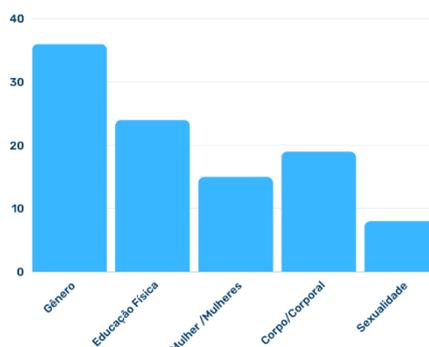
[...] coordenadora do Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura e História (GREECO/CNPq) e desenvolve pesquisa sobre os seguintes temas: *corpo, gênero, história do corpo e da EF, futebol e mulheres* (CNPq, 2019), sendo que, atualmente, se dedica ao futebol de mulheres. (Silveira; Almeida; Pereira, 2021, p.4)”

Como mencionado, a análise minuciosa dos textos revelou um padrão notável: a presença recorrente e significativa da professora Silvana Goellner. Sua influência e contribuição destacaram-se não apenas como referência, mas também como fonte citada em praticamente todas as obras estudadas. Além de Silvana, a professora Helena Altmann também se mostrou um nome recorrente nas citações dos trabalhos analisados. Ambas se mostraram figuras centrais e essenciais nas discussões e pesquisas que permeiam os estudos de gênero na Educação Física. O papel de Silvana Goellner como coordenadora do Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura

e História (GREECO/CNPq) e suas pesquisas abrangentes, ressoaram de forma inegável na totalidade das obras analisadas.

Figura 8. Palavras chaves dos estudos:

Palavras-chaves que mais se repetem



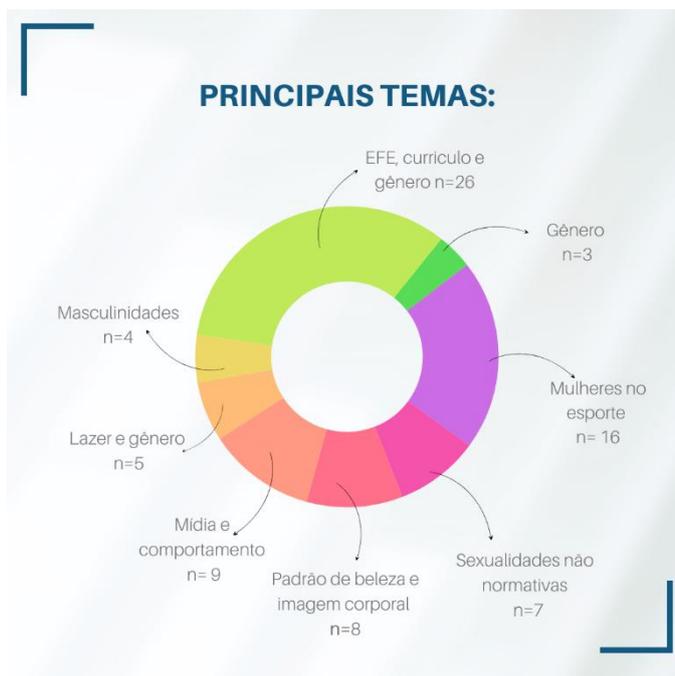
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As palavras-chaves mais frequentes, conforme indicado pelos números de ocorrência (Gênero, n=36; Educação Física, n=24; Mulher ou Mulheres n=15; Corpo ou Corporal, n=19 e Sexualidade, n=8), oferecem uma visão clara do panorama predominante nos trabalhos analisados.

Esses resultados corroboram com o que foi apresentado na tabela 2, e serão aprofundados na figura a seguir, evidenciando que grande parte dos estudos se concentra nas interseções entre gênero e sexualidade no contexto das aulas de Educação Física. Essa disciplina se destaca por seu foco no corpo, o qual é entendido como local de todas as manifestações do Ser.

Além dessas palavras-chave, é interessante notar que a ênfase na relação entre gênero e Educação Física aponta para uma área em constante desenvolvimento e reflexão. Essa concentração pode indicar a relevância crescente desses temas dentro do campo acadêmico e prático da Educação Física, revelando um interesse significativo em explorar as dinâmicas de gênero, corpo e sexualidade dentro desse contexto educacional,

Figura 9. Principais temas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A organização das informações reflete não apenas a diversidade das abordagens, mas também a complexidade das interseções entre Educação Física e questões de gênero ao longo do tempo. Desde os primórdios da Educação Física, as percepções sobre gênero moldaram profundamente a prática e o ensino das atividades físicas. No entanto, somente recentemente houve um esforço mais significativo para compreender e enfrentar as desigualdades de gênero presentes nesse contexto.

A categoria ‘Educação Física, Currículo e Gênero’ (n=26), ressalta a necessidade de integrar a discussão de gênero diretamente no currículo educacional, reconhecendo a importância de abordar questões de identidade e sexualidade nas aulas de Educação Física. Essa integração visa não apenas a inclusão, mas também a promoção da igualdade e o respeito pela diversidade.

Ao longo da história, o esporte foi frequentemente considerado um espaço predominantemente masculino, o que influenciou a categoria ‘Mulheres no Esporte’ (n=16). Essa seção destaca não apenas as conquistas das mulheres atletas, mas também as barreiras enfrentadas e os avanços necessários para uma maior equidade de gênero nesse âmbito.

A inclusão da categoria ‘Sexualidades não normativas’ (n=7), é um passo crucial na desconstrução da visão heteronormativa predominante na Educação Física. Essa seção

reconhece e valoriza as experiências de homossexuais, bissexuais, transsexuais e outras identidades não conformistas nos ambientes esportivos e educacionais.

A categoria ‘Padrão de Beleza e Imagem Corporal’ (n=8), aborda uma questão complexa e de grande relevância social. A Educação Física historicamente desempenhou um papel na definição de padrões estéticos e na regulamentação das performances de gênero, influenciando a autoimagem e a autoestima dos indivíduos.

A análise da categoria ‘Mídia e Comportamento’ (n=9), ressalta a influência dos discursos midiáticos na percepção das atividades físicas, mostrando como esses discursos podem reforçar estereótipos de gênero e impactar as práticas educacionais.

‘Lazer e Gênero’ (n=5), além de discutir políticas públicas, também explora como as concepções de lazer foram historicamente influenciadas por perspectivas de gênero, buscando compreender e desafiar essas estruturas.

Por fim, ‘Masculinidades’ (n=4), lança luz sobre a construção social da masculinidade na Educação Física, reconhecendo como certos ideais masculinos foram historicamente privilegiados e validados nesse contexto. Essas categorias não apenas mapeiam as áreas de discussão, mas também representam um chamado para uma Educação Física mais inclusiva, equitativa e consciente das complexidades de gênero, ressaltando a importância de ampliar continuamente esse diálogo e ações dentro desse campo.

Dada a relevância das publicações sobre Educação Física escolar, currículo e gênero, optou-se por esse recorte para aprofundar a discussão e buscar responder a pergunta central deste estudo.

5. DISCUSSÃO

5.1 Caos nacional como possível fator para picos de publicação

Os anos de 2016 e 2020 apresentaram maior expressividade de publicações sobre o tema. Em 2016, ocorreram diversos marcos na história nacional e no cenário da educação, afetando, assim, o campo da Educação Física. A Revista Motrivivência é reconhecida por seus editoriais, não se posicionando como um campo neutro dentro da ciência. Pelo contrário, é um portal bem posicionado que visa debater as questões sociais sem a pretensão de neutralidade, o que tem fomentado debates sobre temas entendidos como marginais dentro do campo da Educação Física. Com três edições publicadas e um total de 63 artigos, o editorial do periódico

posicionou-se contra o golpe de estado que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, culminando na posse do seu vice, Michel Temer. Esse movimento parlamentar acarretou retrocessos em diversas conquistas sociais, como o fim da secretária do MEC responsável pelas políticas de diversidade e inclusão, a extinção do programa Brasil Alfabetizado e a redução de 20% da bolsa PIBIC, entre outros retrocessos consolidados no pós-golpe (Silva, Pires e Pereira, 2016).

Juntamente a essa transição de políticas neoliberais, houve a divulgação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que propõe orientar os conhecimentos essenciais a todo estudante brasileiro, do ensino básico ao ensino médio (Silva, Pires e Pereira, 2016). A BNCC resultou na exclusão de determinadas disciplinas do Ensino Médio, na unificação de certas áreas do conhecimento e gerou críticas pela suposta construção unilateral do documento sem envolvimento da comunidade científica. Além disso, a influência de setores privados e religiosos levou a exclusão dos termos ‘gênero’ e ‘sexualidade’ tanto na BNCC quanto nos PCN’s, reduzindo as políticas educacionais a questões operacionais e eliminando debates críticos que a educação deveria fomentar para promover a autonomia e o autoconhecimento dos indivíduos. Moreira et al. (2016) reforçam o protagonismo dos setores privados na construção da BNCC.

Essas mudanças sociais refletem o projeto de sociedade planejado pelos dirigentes políticos para a nação. A implementação ou retirada de políticas públicas e pautas sociais são tão relevantes quanto a definição do currículo educacional em nível nacional, pois o currículo é um processo fundamental na formação humana. Conforme observado por Moreira et al. (2016), “[...] a BNCC deixa de ser considerada um mero documento técnico e passa a ser compreendida [...] como uma política de formação do ser humano, que corresponde a um determinado modelo de sociedade”. Isso implica que a exclusão de pautas relacionadas à inclusão revela o que deve ou não ser debatido, como no caso das questões de gênero e sexualidade.

Estudos como os de Silva, Pires e Moreira (2016), Dornelles e Frizzo (2021) e Miguel (2016) destacam o projeto Escola sem Partido como um dos pilares na supressão de políticas educacionais voltadas para a construção de normas sociais. O intuito do projeto é preservar as estruturas sociais, ainda que essas mesmas causem sofrimento para grande parte da população, como mulheres e pessoas que não se identificam com heterossexualidade normativa, como homossexuais, bissexuais, transgêneros e demais grupos que se enquadram na categoria LGBTQIAPN+.

Além da avalanche de reformas neoliberais desde 2016, o ano de 2020 foi marcado pela pandemia de COVID-19, e a forma como as instituições administraram a situação neste período afetou toda estrutura e organização social em escala global. Com isso, as pesquisas passaram a se voltar com maior quantidade para os meios digitais, refletindo-se expressivamente na tabela 2, a qual indica o ano de 2020 como o mais expressivo em termos de acesso, publicações, novos cadastros e downloads.

5.2 Protagonismo dos referenciais teóricos

Além do protagonismo da professora Silvana Goellner em publicações como autora e referência unânime nos textos que relacionam educação física, currículo e gênero, outros nomes destacados foram Helena Altmann, Guacira Lopes Loura, Judith Butler e Michel Foucault.

Esses nomes representam o lugar de destaque dos Estudos Culturais e Estudos Feministas (Correia, 2020), juntamente ao movimento Pós - Estruturalista, como impulsionadores da construção de um corpo teórico robusto e sua ampla disseminação no que diz respeito à análise das sexualidades e a construção do gênero como formas de organização e controle social. Isso ocorre devido à interconexão existente entre esses três campos, que se caracterizam pela crítica ao poder dominante, o foco na diversidade e o questionamento das estruturas fixas.

5.3 A prática do professor

Dentre as categorias apresentadas na figura 9, foram lidos na íntegra os textos das categorias “Masculinidade”, “Sexualidades não normativas” e “Educação Física Escolar, Currículo e Gênero”. Dos textos lidos, todos que se relacionavam com a prática do professor na escola foram selecionados para a análise por se tratarem de textos que relatam a prática do professor de Educação Física escolar.

Trabalhos como os de Teixeira (2009), Furlan e Santos (2009), Dornelles (2011), Resende (2011), Dornelles (2012), Silva e César (2012), Franchi (2013), Matos et al (2016), Leite, Feijós e Chiés (2016), Silveira e Dias (2019), Jacoby e Goellner (2020), Silva e Mazaroba (2021), Rezende (2022), Poloni e Furlan (2022), Geres e Wenzel (2022), Schörnadie et al. (2023), reforçam a contribuição da Educação Física escolar na construção das identidades, das potencialidades e dos limites do que pode um homem e do que pode uma mulher. Esses estudos destacam que o campo esportivo permanece predominante nas aulas de EFE, e os professores

sentem-se pouco capacitados para intervir nas desigualdades de gênero presentes nas aulas. Isso resulta na dominação masculina nas atividades esportivas, especialmente no futebol, enquanto as meninas tendem a se auto excluir. Com isso, os professores parecem culpabilizar as alunas por sua falta de interesse e não veem necessidade de aprofundar um diálogo que exponha o porquê da normalização de tais divisões e exclusões. Tais práticas sexistas que são reforçadas ano após ano, nas aulas de Educação Física, provocam consequências de cunho psicológico e social. Em alguns trabalhos, muitas mulheres relatam certa aversão às práticas esportivas e registram baixa adesão em atividades físicas e atividades físicas no momento de lazer (Geres e Wenez, 2022). Poloni e Furlan (2022), comprovam em seu trabalho que o universo dos esportes pertence ao masculino, e o universo rítmico pertence ao feminino. Os autores retratam que a falta de inclusão do ambiente escolar, resulta na redução da participação dos alunos e diminuição das pessoas que poderiam ter afeto com a prática do exercício físico. Em uma entrevista realizada com 15 docentes em uma escola localizada no estado de Minas Gerais, os autores puderam encontrar os ainda resquícios da influência militar sobre a EF e a inferiorização das mulheres em detrimento dos homens. Mesmo assim, os professores relataram nunca terem trabalhado com as questões de gênero e sexualidade em suas aulas e demonstraram dificuldades em relação a problematizar a temática (Poloni e Furlan, 2022).

Junior (2022, p.6), reforça o que encontramos em diversos textos analisados, onde “o esporte e a dança, enquanto conteúdos da EF, durante muito tempo adotaram adotaram instrumentos de diferenciação e hierarquização dos sexos a partir das suas práticas”. O autor traz elementos para nos fazer questionar sobre como a EF lida com o sexismo implícito, o processo de constituição do sujeito e construção da identidade hegemônica. Ao que tudo indica, as mudanças caminham a passos lentos. A organização das aulas mistas não se apresenta como suficiente no rompimento dos dogmas relacionados ao gênero. É preciso que a escola e os professores tenham conteúdo para levantar e sustentar diálogos que visem romper com as normas que dividem os indivíduos seja por classe, cor, etnia, gênero ou sexualidade.

Schörnadie et al. (2023), relatam que não somente as meninas, como também os meninos menos habilidosos costumam não participar das aulas de EF, e a prática do “rola-bola” ou “aulas livres” ainda se apresenta como um grande desafio no processo de constituição e validação da área da EF como uma disciplina escolar. Em casos como os apresentados por Furlan e Santos (2009), nem mesmo a presença de habilidades entre as meninas, é o suficiente para legitimá-las na prática esportiva. Isso porque a segregação é justificada pela biologia e onde o saber reconhece o masculino como universal, e o feminino como desviante (Laqueur,

2001). Um ponto a ser destacado é o de que apesar da escola e as aulas de EF reforçar estereótipos de gênero e segregar todo aquele que foge da norma, sendo um local evidente na construção do que é feminino e do que é masculino, meninas e meninos já chegam na escola com padrões de conduta discriminatórios, internalizados.

A falta de apoio familiar para com as meninas que escolhem esportes predominantemente masculinos, como o futebol, e a estereotipia das mulheres que não performam a feminilidade vigente, são outros pontos recorrentes no cotidiano do professor. Com isso, a Educação Física escolar ainda se apresenta parada no tempo, quando o assunto é a superação das normas de gênero concebidas na sua constituição de origem militar e higienista.

O silenciamento dos professores se apresenta como uma forma de fortalecer tais ações (Silva e Mazzaroba, 2021). É velado ao olhar dos professores a importância de fomentar críticas aos modelos que unificam os sujeitos no sistema de sexo/gênero/sexo, onde um determinismo biológico deveria ditar um comportamento específico que resultara em uma única forma de desejo do outro. E qual relação isso teria com a EF? Toda. Uma vez que o esporte ainda é dominante, e somente os meninos que expressam a masculinidade vigente terão acesso às aulas, os meninos que se expressam de forma distinta e as meninas habilidosas ou não, que expressam uma feminilidade vigente ou não, serão todos direcionados a “periferia das quadras” (Souza e Franco, 2021).

O silenciamento dos professores pode ser atribuído a diversos fatores. Dias e Frizzo (2021), em uma investigação qualitativa com alunos e professores do 9º ano de escolas do Rio Grande do Sul, identificaram que 6 professores entrevistados, nenhum possuía formação relacionada a gênero e sexualidade na BNCC, além da inclusão do eixo “princípios e valores éticos” e do ensino religioso. A ausência de formação específica, orientação curricular, incentivo da escola e resistência familiar, contribui para o silenciamento dos professores, cabendo a família orientar. Ramalho et al. (2022), analisaram como e se os currículos de universidades públicas de Educação Física de Minas Gerais, abordam a temática de gênero, e concluíram que o currículo não é neutro e é um campo de disputa política. Embora as disciplinas de Lazer se destaquem no debate, outras disciplinas, especialmente as esportivas, ainda têm dificuldades de romper com as barreiras do masculino como norma. Mencionam a dificuldade de inserção da temática quando temos uma ampla divulgação de notícias falsas como a “ideologia de gênero”, e projetos como o Escola sem Partido, que visam manter a ordem social

sem questionamento. Sendo assim, encontramos nesses trabalhos que as dificuldades encontradas pelos professores, se dão desde a sua formação, estendendo a sua prática e entorno.

Connell (apud. Junior 2002) argumenta que o gênero é uma forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sociais dos corpos são trazidas para a prática social, tornando-se parte do processo histórico. A sexualidade, quando se manifesta fora dos enquadramentos heterossexuais presentes nas aulas de Educação Física, resulta frequentemente em exclusão ou autoexclusão. Correia et al. (2020) observaram que “a sexualidade humana no plano da constituição social é uma importante categoria para o funcionamento das biopolíticas e dos seus processos de regulação dos corpos na sociedade atual (p.6)”. E se o corpo das mulheres cisgênero já são locais de vigilância constante, e alvo de inúmeras limitações, os corpos trans ou com trejeitos homossexuais serão também alvos de ridicularização e violências. Isso porque segundo Butler (2003 apud. Lima et al 2022) é esperado do indivíduo um alinhamento compulsório dentro do sistema sexo-gênero-desejo. Trabalhos como os de Lima et al. (2022), Franco (2016), Correia et al. (2020), Machado e Pires (2016), Souza et al. (2018), Franco (2016), registram e corroboram entre si como a EFE hostiliza os corpos que não se adequam aos discursos vigentes de gênero e sexualidade, e tende a não olhar para as atitudes que inferiorizam e rejeitam a feminilidade, resultando na falta de interesse de determinados alunos.

Poloni e Furlan (2022) destacam que a falta de “diálogo acerca das identidades de gênero e diversidade sexual traz consigo o silenciamento, invisibilidade e exclusão de pessoas que não assumam identidades fora do binarismo e/ou da matriz heterossexual, principalmente no ambiente escolar (...)”. Isso acaba por legitimar um tipo de masculinidade, representada pela força, potência e coragem, enquanto contribui para uma certa repulsa ao feminino (Silva e Cesar, 2012).

Assim, as aulas mistas nem sempre se mostram inclusivas na Educação Física escolar, e há uma necessidade significativa de superar desafios relacionados ao entendimento de gênero, respeito e acolhimento à diversidade. A falta de formações continuadas e um currículo que não aborda o tema, representam grandes barreiras para que os professores não se sintam confortáveis em trabalhar com a questão do gênero.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista das complexidades identificadas no cotidiano do professor de Educação Física escolar (EFE), torna-se crucial reimaginar e reconstruir seu papel no ambiente educacional. É evidente a abordagem permanente de uma abordagem mais inclusiva que transcenda os estereótipos de gênero, buscando tornar as aulas, um espaço de aprendizado que acolha e celebre a diversidade de expressões individuais. Essa reconstrução não apenas requer a desconstrução das normas vigentes, mas também demanda a valorização das múltiplas formas de ser e estar na sociedade.

Além do mais, fica evidente a urgência de programas abrangentes de formação continuada para os professores, capacitando-os não apenas a reconhecer, mas também a lidar de maneira sensível e eficaz com as complexidades das questões de gênero, sexualidade e identidade na dinâmica da sala de aula. Essa capacitação é essencial para que os educadores possam atuar como agentes de transformação, promovendo ambientes educacionais mais inclusivos e igualitários.

A revisão curricular se mostra imprescindível, demandando uma integração explícita desses temas nos programas educacionais. Em síntese, a EFE enfrenta o desafio de se reinventar como um espaço de aprendizado que não apenas ensina habilidades físicas, mas também, e principalmente, fomenta a construção de valores, o respeito à diversidade e a promoção da equidade. A transformação desse campo requer uma abordagem holística, desde a formação dos professores até a revisão dos currículos, rumo a um ambiente educacional que celebre e acolha a riqueza das diferenças individuais.

No contexto geral da pesquisa, diversas publicações foram analisadas em relação à interseção entre o campo da Educação Física e a construção da imagem corporal, principalmente influenciada pelas múltiplas mídias. Essa pesquisa também abordou como essa construção se reflete ou é reproduzida dentro das aulas de Educação Física. Devido às limitações temporais, não foi possível aprofundar completamente essa perspectiva específica. No entanto, essa área pode ser explorada em trabalhos futuros ou constituída como uma linha de pesquisa crucial para professores entenderem melhor o impacto das influências midiáticas no ambiente escolar e como lidar com essas questões.

Foram analisados títulos, resumos introduções e conclusões de 85 textos, além dos métodos de 75 deles. Dentre esses, 37 foram lidos na íntegra, buscando especificamente o

recorte relacionado à “Educação Física escolar”, e 21 foram selecionados para discussão, conforme detalhado na tabela 3.

A autora deste trabalho reconhece sua identificação com esse tema e compreende a relevância dos critérios aplicados na elaboração de um trabalho de conclusão de curso para a formação acadêmica do estudante e seu desenvolvimento com o futuro profissional.

REFERÊNCIAS

- BALIERO, Fernando de Figueredo. "Não se meta com meus filhos": a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**. n. 53, 2018.
- BITTENCOURT, Naiara Andreoli. As “ondas” dos movimentos feministas e o eurocentrismo da história. **Revista InSURgência**. Brasília. ano 1, v.1 , n.1, jan./jun. 2015.
- BORGES, Lenise Santana. Feminismos, Teoria Queer, e psicologia social crítica: (re) contando histórias. **Rev. Psicologia & Sociedade**. v. 26, n.2, p. 280-289, 2014.
- BRACHT, Valter et. al. A Educação Física Escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte I. **Rev. Movimento**. v.17, n. 02, p. 11-34, 2011.
- BRACHT, Valter et. al. A Educação Física Escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte II. **Rev. Movimento**. v.18, n. 02, p. 11-37, 2012.
- CASTELLANI Filho, Lino. Mulher e Esporte. Rev. **Motrivivência**. p. 1-6. 1989.
- CEMBRANEL, Claudete. "Aulas co-educativas: o que mudou no ensino da Educação Física?" **Movimentos Sociais: Educação Física/Esporte/Lazer**, n. 14, 2000
- DAVIS, Angela. 1944- **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo. Boitempo, 2016.
- DIAS, Thais Mortola; FRIZZO, Giovanni Felipe Ernest. A escola tem que discutir; a família deve orientar: as escolas rio-grandinas e as questões de gênero. **Revista Motrivivência**. v.33, n.64, p.1-19, 2021.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 5ª edição. Rio de Janeiro. 2014

EVANGELISTA, Marcio Henrique Scotelano; MACHADO, Bruna Pinho. FRANCO, Neil. Sexualidade e Educação Física escolar nos periódicos brasileiros (1979-2018). **Revista Motrivivência**. v.32, n.62, p.1-21.2020.

FRANCO, Neil. A Educação Física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgeneros. **Revista Motrivivência**. v. 28, n.47. 2017.

FURLAN, Cássia Cristina; SANTOS, Patricia Lessa dos. Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas. **Revista Motrivivência**. n.30, p.28-43, 2008.

GALVÃO, Taís Freire; TIGUMAN, Gustavo Magno Baldin, ONOFRE-SARKIS, Rafael. **A declaração PRISMA 2020 em português: recomendações atualizadas para o relato de revisões sistemáticas**. Epidemiol. Serv. Saúde. v.31, n.2. 2022.

GEREZ, Alessandra Galve; WENETZ, Ileana. Registros de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física no ensino fundamental. **Revista Motrivivência**. v.34, n.65, p.1-18. 2022.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A Educação Física e a construção do corpo da mulher: imagens de feminilidade. **Revista Motrivivência**. 2001.

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. 1a ed. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 1999 (p.40-58)

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**. Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.

JACOBY, Lara Félix; GOELLNER, Silvana Vildore. Educação Física e questões de gênero: motivos para a escolha de modalidades esportivas por estudantes do ensino médio de uma escola militar. **Revista Motrivivência**. v.32, n. 62. p.1-19. 2020.

JOB, Ivone. Bibliometria aplicada aos estudos no campo da Educação Física: confiabilidade, qualidade e relevância nas publicações. **Revista Motrivivência**. V.30, n. 54, p. 18-34. 2018.

JUNIOR, Agripino Alvez Luz. Gênero e Educação Física: tornando visíveis fronteiras e outras formas de reconhecimento. **Revista Motrivivência**. V.13, n. 19. 2002.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Editora Relume Dumará. 2001.

LEITE, Liana Góis; FEIJÓ, Jane Patrícia; CHIÉS, Paula Viviane. Qual o gênero do brincar? Aprendendo a ser “menino” ... Aprendendo a ser “menina”. **Revista Motrivivência**. v. 28, n. 47, p. 210-225. 2016.

LIMA, Eliaquim de Souza; PESSOA, Kaline Lígia Estevam de Carvalho; PEREIRA, Arliene, Stephanie Menezes. Dentro e fora da norma: corpos que subvertem a norma hegemônica de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física. **Revista Motrivivência**. v.34, n.65, p.1-18. 2022.

LOYOLA, Maria Andrea. A sexualidade como objeto de estudo nas ciências humanas. **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. 1a ed. Editora Zahar. Rio de Janeiro.

1999 (p.31-39)

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Editora Autêntica. 2003

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós - estruturalista**. 6ª edição. Editora Vozes. 2003.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estudos Feministas**. Florianópolis. v.22, n.3, setembro-dezembro. 2014.

MARX, Djenifer Samantha. **Feminismos digitais: apropriações de conteúdo feministas compartilhados em redes sociais**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós - Graduação em Psicologia. Florianópolis. 2021.

MATOS, Naiara da Rocha; BRASILEIRO, Geisa Silva; ROCHA, Rodolfo Teixeira; NETO, Jorge Lopes Cavalcante. Discussão de gênero nas aulas de Educação Física: uma revisão sistemática. **Revista Motrivivência**. v.28, n.47, p.261-277. 2016.

MIGUEL, Luiz Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Rev. Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 07, n. 15, p. 590-621, 2016.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". **Cadernos Pagu**. n.53, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzd/abstract/?lang=pt>

MOORE, Henrieta. **Compreendendo Sexo e Gênero**. Do original em inglês: “Understanding sex and gender”, in Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 1997, p. 813-830. Tradução de Júlio Assis Simões, exclusivamente para uso didático.

MOREIRA, Laine Rocha; Oliveira, Marcos Renan Freitas de; SOARES, Marta Genú; ABREU, Mariane Conceição Paiva; NOGUEIRA, Suzane Chaves. Apreciação da Base Comum Curricular e a Educação Física em foco. **Revista Motrivivência**. v. 28, n.48, p. 61-75. 2016.

NARDELLI, Renata Carvalho; FERREIRA, Marcelo Santana. Teoria Queer e psicologia. **Revista Mnemosine**. v.11, n.1, p.36-51, 2015.

NETO, Amarílio Ferreira; SCHNEIDER, Omar; SANTOS, Wagner dos; VENTORIM, Silvana. Fórmula editorial e graduação: 15 anos de Motrivivência. **Rev. Motrivivência**. Ano XV, n.20- 21, p.57-90. 2003.

OLIVEIRA, João Manuel de. "Queer". **Dicionário Alice**. 2019. Consultado a 05.03.22, em https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24496. ISBN: 978-989-8847-08-9

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos. **Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais**. v1, n. 2, p.294-317. 2018.

PEREIRA, Jéssica de Moura; ALMEIDA, Dulce Maria de Figueira de; SILVEIRA, Raquel de. Análise da produção científica sobre gênero na Educação Física brasileira entre os anos de 2013 e 2018: uma perspectiva Cientométrica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. V.43. 2021.

POLONI, Luiz Henrique; FURLAN, Cássia Cristina. Educação Física escolar e as questões de gênero: a prática pedagógica em foco. **Revista Motrivivência**. v.34, n.65, p.1-22. 2022.

RAMALHO, Carla Chagas; SANTOS, Juliana Valéria Souza; CARDOSO, Fernanda de Souza. Gênero nos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física nas universidades de Minas Gerais. **Revista Motrivivência**. v.34, n.45, p. 1-20, 2022.

RESENDE, Moisés Sipriano. Olhares sobre os corpos e a construção de “homens” e “mulheres” na escola. **Revista Motrivivência**. V.13, n.37, p.69-82. 2011.

SANCHES, Mariana. Como Putin converteu a Rússia em ‘potencia masculina mundial’ e inspirou lidere como Trump e Bolsonaro. **BBC News Brasil**. 15 de fevereiro de 2022.

Acessado em: 04 de março de 2022. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60386399>

SANTOS, Marcel Ivan dos. Escola, Educação Física e Juventude: caminhos para a cidadania. **Revista Motrivivência**. V. 27, n. 46, p. 154-170. 2015.

SARAIVA, Maria do Carmo. Por que investigar Gênero na Educação Física Esporte e Lazer. **Rev. Motrivivência**. Ano XIII, n.19, Dezembro. 2002.

SCHÖNARDIE, Marina Gomes; JORAS, Pâmela Siqueira ;BURCH, Martina; SILVA, André Luiz dos Santos. “Não torço pra nenhum time, não sei as regras e se convidam pra jogar eu não jogo”: a relação das meninas menos habilidosas com o conteúdo futebol/futsal nas aulas de Educação Física. **Revista Motrivivência**. v.35, n.66, p.1-17. 2023.

SEGATO, Rita Laudo. **O percurso de gênero na antropologia e para além dela**. Brasília, 1998.

SILVA, Beatriz Barreto; MEZZAROBBA, Cristiano. Resenha do livro: Educação Física e sexualidade: desafios educacionais. **Revista Motrivivência**. v.33, n.64, p.1-10. 2021.

SILVA, Maurício Roberto da; PIRES, Giovani De Lorenzi; PEREIRA, Rogério Santos. A Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica em tempos de neoconservadorismo e de “neoliberalismo que saiu do armário”; mas também de tempos de resistência: fora Temer!!!. **Revista Motrivivência**. v.28, n.48, p.7-14. 2016.

SILVEIRA, Ana Aparecida Tavares da; DIAS, Maria Aparecida. Repensando as relações de gênero nas vivências do ultimate frisbee na escola. **Revista Motrivivência**. v.31, n.58, p.1-15. 2019.

SOARES, Carmem Lucia. Et al. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo. 1ª Edição. Cortez. 1992.

SOUZA, Galdino Rodrigues de; DEVIDE, Fabiano Pries; ANDRADE, Talita de Resende; RIZZUTI, Elaine Valéria. A homofobia como uma das faces do bullying: análise em periódicos científicos da Educação Física. **Revista Motrivivência**. V.30, N.54, p.245.

SOUZA, Juliana de; FRANCO, Laercio Claro Pereira. As resistências culturais enfrentadas pela mulher no âmbito das modalidades de lutas. **Revista Motrivivência**. V.33, N.64, p.1-22. 2022.

SOUZA, Laura Cidade de; MACIEL, Larissa Fernando Porto; FARIAS, Gelcemar Oliveira; FOLLE, Alexandre; DUEK, Viviane Prehardt. Estudo bibliométrico da produção sobre Educação Física na Revista Brasileira de Educação Especial – RBEE. **Revista Educação Especial**. V. 34, p. 1-23. 2021.

TAFFAREL, Celi Zülke; CRUZ, Amália Catharina; PARAISO, Cristina; TEIXEIRA, David Romão ; ROSSO, Silvana. “O que não me mata, me deixa mais vivo”: a revista Motrivivência e a indicação de parâmetro teórico-metodológico para a Educação Física brasileira. **Motrivivência**. Ano XV, n.20-21, p.27-56. 2003.

VALLE, Ione Ribeiro. **A reprodução de Bourdieu e Passeron muda a visão do mundo educacional**. Eeduc. Pesqui. São Paulo. n.48. 2022.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. **Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª edição. Autêntica. 2003.